

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

j) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 597/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.
- l) Outros ativos e passivos**
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores reconhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).
- m) Eventos subsequentes**
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
 - Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional.....	226	243
Total de disponibilidades (caixa).....	226	243

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 2013, refere-se a aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 201.777 mil. As receitas estão classificadas na Demonstração do Resultado, como Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 1.777 mil.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	2013				2012				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)									
Títulos para negociação (3)									
Letras financeiras do tesouro.....	-	1.160	6.833	47.053	55.046	55.046	-	119.829	-
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	4.336	4.336	4.336	-	6.714	-
Certificados de depósito bancário.....	2.968	2.406	83	-	5.457	5.457	-	13.840	-
Debêntures.....	-	62	345	7.791	8.198	8.198	-	12.652	-
Operações compromissadas.....	10.779	-	-	-	10.779	10.779	-	76.547	-
Outros.....	118	3.736	16.062	7.989	27.905	27.905	-	39.735	-
Total em 2013.....	13.865	7.364	23.233	67.169	111.721	111.721	-	269.317	-
Total em 2012.....	76.664	30.557	11.136	150.960	-	-	-	-	-

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 111.603 mil (2012 - R\$ 269.200 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- (2) Valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
- (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações em fundos de investimento.....	21.520	21.061
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	1.777	-
Total.....	23.297	21.061

c) A BRAM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de autorização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 12.070 mil (2012 - R\$ 11.343 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	21.319	13.602
Provisões fiscais (Nota 12b).....	5.270	4.997
Impostos e contribuições a recolher.....	1.852	1.660
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c).....	160	155
Total.....	28.601	20.414

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisão para pagamentos a efetuar.....	19.303	13.742
Provisão para passivos contingentes (Nota 12b).....	367	157
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	100	228
Passivo a descoberto - Participação Acionária na 2bCapital (Nota 8a).....	264	80
Total.....	20.054	14.207

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 133.000 mil (2012 - R\$ 117.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Em 31 de dezembro de 2012.....	9.322.059	117.000
Aumento de capital com reservas AGO/E (1).....	-	16.000
Em 31 de dezembro de 2013.....	9.322.059	133.000

(1) Em 18 de março de 2013, o BACEN homologou a AGO/E de 15 de fevereiro de 2013 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias no montante de R\$ 16.000 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros.....	155.092	137.059
- Reserva legal (1).....	10.631	8.913
- Reserva estatutárias (2).....	144.461	128.146

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das cotas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido.....	34.359	21.946
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(1.718)	(1.097)
Base de cálculo.....	32.641	20.849
Dividendos propostos.....	326	209
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	34,97	22,42

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 119.187 mil (2012 - R\$ 96.644 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 22).

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Proventos.....	21.709	21.795
Participação dos empregados nos lucros.....	15.160	15.432
Encargos sociais.....	7.072	7.146
Benefícios.....	8.998	8.658
Indenizações trabalhistas.....	122	8
Provisões trabalhistas.....	223	-
Treinamento.....	290	375
Total.....	53.574	53.414

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Comunicações.....	3.441	3.541
Processamento de dados.....	2.985	2.187
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.966	1.452
Serviços técnicos especializados.....	3.245	1.887
Aluguéis.....	1.181	1.229
Depreciações e amortizações.....	1.093	1.063
Viagens.....	1.007	968
Serviços de terceiros.....	1.333	849
Transportes.....	387	390
Manutenção e conservação de bens.....	244	285
Despesas de material.....	405	294
Outras.....	760	599
Total.....	18.047	14.744

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS.....	5.637	4.485
Impostos sobre serviços - ISS.....	2.196	1.728
Contribuição ao PIS.....	933	739
Impostos e taxas.....	279	132
Total.....	9.045	7.084

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM..... 2



Diário Oficial Empresarial 2
 Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 33
 São Paulo, terça-feira, 18 de fevereiro de 2014

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	2013	2012
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos.....	6	4
Reversão de outras provisões operacionais.....	-	143
Recuperação de encargos e despesas.....	98	154
Atualizações monetárias e variações cambiais.....	(157)	(507)
Provisões Cíveis.....	(6)	(129)
Patrocínio de caráter cultural.....	(621)	-
Ressarcimento a clientes.....	(12)	(27)
Outras.....	(114)	(141)
Total.....	(806)	(503)

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador e empresas coligadas estão assim representadas:

	2013		2012	
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.....	226	243	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.....	201.777	-	1.777	-
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A.....	(326)	(209)	-	-
Aluguel:				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.....	-	-	(510)	(522)
Serviços prestados:				
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	(9)	(10)
Banco Bradesco S.A.....	-	-	(2)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
 Para 2013, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.800 mil (2012 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 4.800 mil (2012 - R\$ 4.600 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
 Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em	
	2013	2012
Proventos.....	4.631	5.298
Contribuição ao INSS.....	1.042	1.192
Total.....	5.673	6.490

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em	
	2013	2012
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	4.689	4.524
Total.....	4.689	4.524

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
 a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
 Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	60.828	40.754
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(24.331)	(16.302)
Participações em coligadas e controladas.....	(74)	(482)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(2.483)	(1.636)
Benefício fiscal.....	950	225
Outras.....	(531)	(613)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(26.469)	(18.808)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	2013	2012
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(28.794)	(19.687)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	2.325	879
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(26.469)	(18.808)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização
Provisões cíveis.....	63	2	-
Provisões fiscais.....	1.235	109	-
Provisões trabalhistas.....	-	89	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	89	-	-
Provisão para participação nos lucros/gratificações.....	4.083	6.260	4.071
Outros.....	168	12	76
Total dos créditos tributários (Nota 7b).....	5.638	6.472	4.147
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a).....	155	5	-
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	5.483	6.467	4.147

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014.....	857	556	1.413
2015.....	1.578	1.030	2.608
2016.....	1.747	1.132	2.879
2017.....	638	425	1.063
Total.....	4.820	3.143	7.963

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 7.417 mil (2012 - R\$ 5.328 mil) de diferenças temporárias.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos
 A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BRAM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BRAM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2013, somaram R\$ 301.044.532 mil (2012 - R\$ 297.469.109 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício foi de R\$ 119.187 mil (2012 - R\$ 96.444 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinado os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.
- A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício, findos em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

**Certificação Digital
Imprensa Oficial**

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo



Bradesco Asset Management

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários



Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, empresa controlada pelo Banco Bradesco BBI S.A., é especializada na gestão de recursos de terceiros de diversos segmentos do mercado, como Varejo, Bradesco Prime, Bradesco Private, Bradesco Empresas, Corporato e Investidores Institucionais, além dos Internacionais. É líder no ranking de melhores gestores de fundos de investimentos para instituições, segundo levantamento da revista Investor Institution.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2013, a BRAM possuía sob gestão R\$ 301 bilhões distribuídos em 686 Fundos de Investimento e 232 Carteiras Administradas, atendendo um total de 2.719.281 investidores.

No exercício de 2013, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 34,4 milhões, correspondente a R\$ 3.666,77 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 288,092 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 11,93%.

Agademores aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Table with columns for 2013 and 2012, divided into Circulante, Permanente, and Passivo sections.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil. Table with columns for 2013 and 2012, showing income statement items like Receitas da Intermediação Financeira and Despesas Operacionais.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil. Table with columns for 2013 and 2012, showing changes in equity components like Reservas de Lucros and Lucros Acumulados.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil. Table with columns for 2013 and 2012, showing cash flow from operations, financing, and investing activities.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil. Table with columns for 2013 and 2012, showing value added by operations and other factors.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atreladas às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades desse tipo, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, incluindo a administração de fundos de investimento e a participação em sociedades e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis em conformidade com este contexto.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e procedimentos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCBEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários; e provisões para perdas em operações de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Ajuste do resultado
O resultado é ajustado de acordo com o regime de contabilidade, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas predefinidas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta reduzidora dos respectivos ativos, com o mesmo prazo de validade. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
e) Títulos e valores mobiliários - classificação
- Títulos para negociação: são aqueles que o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos das rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva liquidação; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial por seu preço de mercado menos ou mais com características semelhantes.
Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa engor julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários são o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outros Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização útil reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente pelo custo de aquisição, considerando os aspectos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e pelas artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro líquido, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis serão registrados nos ativos e passivos oferecidos correspondentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como o origin e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 21.
g) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de custo. Os investimentos em empresas não controladas e coligadas, com influência não significativa ou participação inferior a 20%, são avaliados pelo método de custo, exceto quando a aquisição, deduzidos de provisões para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
h) Impairment
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferem os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.
E demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10%; ao ano, sistemas de processamento de dados 20%; ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil útil, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.
i) Inadimplência
Corresponde aos direitos adquirentes que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Composto por softwares, que estão registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil útil, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.
j) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderem valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CNM e pela Deliberação CVM nº 587/09, sendo:
- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da ocorrência do fato e provável;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando há evidência objetiva de que os passivos são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas prováveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, exceto quando se tratar de obrigações legais, fiscais e previdenciárias, as quais são reconhecidas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
l) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata) ou não auferidos, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata).
m) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos não ajustados: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Disponibilidades em moeda nacional
2013 226 2012 243
Total de disponibilidades (caixa) 226 243
5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
Em 2013, refere-se a aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 201.777 mil. As receitas estão classificadas na Demonstração do Resultado, como Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 17.777 mil.
Em 31 de dezembro - R\$ mil
2013 2012
Valor de mercado/contábil (2) Valor de custo atualizado Marcação a mercado Valor de mercado/contábil (2) Marcação a mercado
Títulos para negociação (3)
Letras do tesouro nacional 1.160 6.833 47.063 55.046 119.829 -
Letras do tesouro nacional 2.968 1.406 4.336 5.457 13.840 -
Certificados de depósito bancário 2.968 1.406 4.336 5.457 13.840 -
Debêntures 62 3.791 7.791 8.198 12.852 -
Operações compromissadas 10.779 - - 10.779 10.779 -
Outros 118 3.796 3.652 7.989 27.835 -
Total em 2013 13.865 7.364 23.323 171.969 269.317 -
Total em 2012 13.865 39.557 11.136 150.860 269.317 -
(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com as condições que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 111.603 mil (2012 - R\$ 269.200 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
(2) Valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível, no dia do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidoras, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

